

O lugar da teoria do subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado

Vera Alves Cepêda

Como citar: CEPÊDA, V. A. O lugar da teoria do subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 137-160 DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-064-8.p137-160>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O LUGAR DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

Vera Alves Cepêda¹

É muito difícil analisarmos o processo de modernização da sociedade brasileira sem passarmos pelo privilegiado momento da década de 1950 – nossos *anos dourados* – e muito mais difícil ainda avaliarmos o que quer que seja nesse período sem o epicentro da idéia de *desenvolvimento planejado*. Os anos 50 tiveram como singularidade sintetizar uma longa cadeia processual em que os elementos de nossa formação (como legado ou fardo) estavam em diluição e o futuro de uma nação industrial, urbana e moderna aparecia como horizonte de uma realidade a ser sedimentada. *Pari passu* às mudanças econômicas e políticas que se acumulavam e dinamizavam a sociedade brasileira, o passado - interpretado como atraso ou subdesenvolvimento – também sofria a decomposição no plano intelectual no projeto desenvolvimentista e, neste caso, a presença do pensamento de Celso Furtado é nodal.

Inúmeros estudos e autores legitimam essa centralidade: Ricardo Bielschowsky (1988), Guido Mantega (1995) Bresser Pereira (2001), Aspásia Camargo (2002), Carlos Mallorquin (2005), Francisco de Oliveira (2003), entre outros colocaram em destaque a importância fundamental da produção intelectual de Celso Furtado para o pensamento social brasileiro do período em várias áreas – a economia, a história, a sociologia e a política, radicalizada na afirmação de Oliveira de que *ninguém naqueles anos pensou o*

¹ Professora da UFSC

*Brasil a não ser em termos furtadianos*². Dois argumentos me parecem justificar essa percepção de um lugar privilegiado para as teses furtadianas entre as décadas de 50 e 70. O primeiro liga-se ao diálogo que Furtado estabelece com a interpretação do passado nacional e suas conseqüências para o período, capturado na teoria do subdesenvolvimento. O segundo liga-se à constituição de um projeto de mudança, de uma proposta de futuro que propugnava uma nação desenvolvida tanto no campo de uma autodeterminação política real quanto na capacidade de consolidação de um modelo societário distributivista e democrático. Hoje, visto em retrospectiva, abre-se um novo leque de elementos para validar os estudos sobre a herança intelectual de Furtado, exatamente na perspectiva de mapear ou os elementos de seu pensamento que o colocaram na condição de um pólo capaz de aglutinar e dirigir a *intelligentsia* do período ou de estabelecer as particularidades de sua obra em relação aos outros projetos que se constituíram no mesmo período e que tinham como pano de fundo o mesmo leque de questões tratadas.

Assim, em uma coletânea de textos sobre o pensamento social dos anos 50 Celso Furtado tem um lugar cativo e necessário para o entendimento dos temas que compuseram a agenda intelectual do período.

UM PERCURSO INTELECTUAL

Um dos problemas centrais no tratamento da obra de Furtado é a sua extensão. Tendo sido produzida ao longo de mais de cinquenta anos, teve de se ajustar a um processo complexo e drástico de mudanças históricas e intelectuais ocorrida nesse período. O início da carreira do autor dá-se no momento do deslocamento da hegemonia da vocação agrária para a consolidação do projeto industrial enquanto questão nacional e coincide, ou é parte, de um processo mundial mais vasto de corrosão do ideário liberal, resultante das profundas disjunções econômicas e políticas das crises cíclicas da economia mundial quer pela assustadora experiência duas grandes guerras, quer pelo agravamento das tensões entre classes que originaram a alternativa soviética. Ao lado da implosão de um paradigma que orientava

² Prefácio de Oliveira à *Celso Furtado* (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983.

o pensamento e as políticas das nações durante mais de dois séculos com base tanto na divisão internacional do comércio quanto no primado da mão invisível do mercado, surge como uma nova perspectiva o compromisso fordista, o regulacionismo de extração keynesiana e o singular arranjo político da social democracia europeia. No campo intelectual, em oposição ao naturalismo dos mercados e da razão contábil como forças propulsoras de uma ordem social que ruía frente às crises de irracionalismo das elites e das massas na primeira metade do século XX, emerge uma corrente de pensamento que valoriza o racionalismo e o planejamento social como metas fundamentais para as ciências humanas, propostas subjacentes à contribuição de autores como Mannheim, Keynes e Myrdal.

Se os trabalhos iniciais de Furtado pertencem a uma época que devia responder ao desafio de reconstrução do pós-guerra e da construção da modernidade no Terceiro Mundo, os textos finais dialogam e interpretam o mundo globalizado, sob o impacto da terceira revolução industrial e de uma nova arquitetura para o capital e o trabalho. Entre esses dois momentos, Furtado foi obrigado a encarar o pesadelo intelectual de entender e reavaliar o paradoxo da modernização do subdesenvolvimento resultado do modelo desenvolvimentista lapidado pela via autoritária do Regime Militar – tese contra a qual lutara duramente como alternativa de desfecho para a crise social e política que se abre no início dos anos 60.

Essa variação de situações históricas é fundamental para compreensão geral do pensamento furtadiano uma vez que para este autor o conhecimento científico tem como condição de existência um destino prático, estabelecendo um vínculo indissociável entre conhecimento e tempo histórico. A relação entre as duas dimensões é delicada, pois se divide entre uma leitura objetiva das condições da realidade (enquanto tarefa do conhecimento) e uma opção quanto aos instrumentos de mudança dirigida. A busca da exatidão e do rigor incide na construção do conhecimento – é pertinente ao método enquanto campo da objetividade e da neutralidade científicas. O *telos* ou finalidade que se pretende com o conhecimento assim obtido é interpretar os problemas da realidade e, a partir daí, apresentar sugestões para sua superação – é a função social da ciência, a tarefa pragmática da transformação do mundo e a construção do futuro. Como implicação imediata dessa condição do destino social do conhecimento torna-se perigoso tomar a obra produzida por Furtado como um conjunto

homogêneo. Em todos os trabalhos permanecem constante a lógica, o método e a filiação teórica; mas, inevitável e necessariamente, variam os temas e as respostas construídas a cada momento da produção do pensamento no movimento de ajuste à realidade. Com esta ressalva em vista é que podemos subdividir a obra furtadiana em três fases distintas: a construção da teoria do subdesenvolvimento; a crítica à modernização do subdesenvolvimento; a teoria do subdesenvolvimento atualizada.

A fase da construção da teoria do subdesenvolvimento compreende os textos do final da década de 1940 até o final dos anos 60. Com exceção de relatórios e surveys³ podemos arrolar como pertencentes a esta fase os seguintes livros: *A economia brasileira* (1954), *Perspectiva da economia brasileira* (1957), *Formação econômica do Brasil* (1959), *A Operação Nordeste* (1959), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962), *Dialética do desenvolvimento* (1964), *subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1965), *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), *Um projeto para o Brasil* (1968) e *A economia latino-americana* (1969). Além de um critério cronológico, há dois motivos para considerar esse grupo de obras coeso mesmo sabendo da variação de temas e da situação limítrofe mesmo de alguns deles: todos têm como centro articulador uma interpretação sobre o passado (formação histórica do subdesenvolvimento) e uma consideração de urgência pela possibilidade de ruptura aberta à economia brasileira no pós-guerra, cenário que exige uma disposição política para utilização de ferramentas heterodoxas da economia política, como o planejamento. É uma fase febril, marcada pelo otimismo da momentânea chance de rompimento do círculo vicioso imposto pela assimetria centro-periferia que caracteriza o subdesenvolvimento.

Uma segunda fase aglutinaria os textos produzidos entre os anos 70 e início dos anos 90. Seu principal traço é a crítica e a remodelagem dos conceitos da própria lavra de Furtado. Nestes textos a crítica é dirigida, privilegiadamente, a três aspectos: 1) a análise teórico-histórica dos processos pelos quais o capitalismo central re-configurou a relação centro-periferia após a expansão súbita do *american way of life* (ou o *boom* de expansão mundial

³ Aqui são deixados de lado os textos e relatórios produzidos por Furtado enquanto membro da Cepal, e outros documentos ligados a consecução do Plano de Metas, a direção da Sudene e elaboração do Plano Trienal.

do modelo capitalista em direção às economias periféricas da América Latina e depois Ásia), isto tanto no plano da divisão internacional do trabalho quanto dos novos mecanismos de reprodução; 2) a implicação de longo prazo na adoção de modelos políticos autoritários e sua repercussão na possibilidade de construção do desenvolvimento nacional, em especial quanto aos problemas políticos e econômicos que impedem pelo seu anacronismo o término da energia do desenvolvimento planejado ao afastarem-se do ciclo de mudanças proporcionado pelo modelo democrático; 3) uma revisão da própria chance de desenvolvimento das economias periféricas no esquadro histórico do capitalismo contemporâneo e uma crítica aos limites desse modelo como promotor do progresso (enquanto *mito* ou falsa utopia).

Diante deste tripé analítico Furtado re-avalia sua própria obra, tentando descortinar falhas endógenas ou exógenas a ela. Parte dessa revisão crítica passa por uma interpretação memorialística singular, com a publicação de textos onde aparecem cruzadas a dimensão histórica (pessoal, diante do cenário nacional e mundial) com uma reflexão teórica rica e aprimorada. São textos que podem ser agrupados nesta segunda fase: *A hegemonia dos Estados Unidos e a América Latina* (1971), *Dependência externa e teoria econômica* (1971), *Análise do modelo brasileiro* (1972), *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), *Prefácio à nova economia política* (1976), *Criatividade e dependência* (1978), *Introdução ao desenvolvimento* (1980), *O Brasil depois do Milagre* (1981), *A nova dependência* (1982), *Não à recessão e ao desemprego* (1983), *Cultura e desenvolvimento em tempos de crise* (1984), *A fantasia organizada* (1985), *A fantasia desfeita* (1989), *Os ares do mundo* (1991).

A terceira fase é da avaliação dos reiterados problemas da chance de desenvolvimento fora do capitalismo central após as mudanças da terceira Revolução industrial, do fim da Guerra Fria e da nova ordem mundial global e neoliberal. Fazem parte deste grupo de textos: *Brasil: a construção interrompida* (1992), *O capitalismo Global* (1996), *O longo amanhecer* (1999), *Em busca de novo modelo* (2002). O conjunto destes textos foi aqui denominado de teoria do subdesenvolvimento atualizada pelo esforço de repontuar os velhos e ainda não resolvidos dilemas do atraso das economias periféricas diante dos novos obstáculos da articulação do capitalismo global.

No diminuto espaço deste artigo a proposta é efetuar a análise apenas da produção furtadiana da primeira fase. A observação mais profunda

recairá nos mecanismos de construção da teoria do subdesenvolvimento, tomando-a como uma importante resposta ao dilema da formação e da identidade nacional ao mesmo tempo em que possibilitaria a elaboração de estratégias para superação dos obstáculos que entravavam a marcha da modernização então em curso no país.

ENTRE O PASSADO E O FUTURO

A tese do atraso cumpriu um importante papel no pensamento social brasileiro. Se, desde o interregno Independência-República esta nação recém liberta dos laços da dominação colonial encontrava pela frente outros tipos de dependência que entravavam sua soberania no campo econômico, em termos de sua unidade interna um dos problemas mais salientado versava sobre a questão de nossa identidade nacional. Na tarefa de construção do Estado/Nação um dos elementos fundamentais passa pela existência de uma comunidade nacional formada pela somatória do povo, elites e cultura organizada e centralizada pelo pacto de construção de um destino comum, como matéria prima de constituição da nação. Assim, pensar a existência e a qualidade do povo brasileiro, de sua cultura e instituições (e só por último de sua organização material) torna-se o epicentro que vai orientar grande parte dos esforços de interpretação do Brasil.

A primeira fase dessa preocupação elegeria como tema central a raça, a geografia, a cultura e/ou as instituições como foco do problema (canalizada para o *mazombismo* ou sentimento de despreço pela cultura e pela gente brasileira). Porém, a partir dos anos 30 e em consonância com a modernização originada pela dinâmica combinada café-industrialização-urbanização, ocorreria um deslocamento do problema nacional para a arena econômica com a emergência da questão da pobreza, atraso, pauperismo ou subcapitalismo⁴.

⁴ O surgimento do tema do subcapitalismo é de autoria de Simonsen e aparece pela primeira vez formulado no texto *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras*, de 1934, e obedece a marcação evolutiva de pobreza (como carência) ao subcapitalismo (como processo). A partir dessa concepção original os trabalhos de Simonsen passaram a ter como preocupação central analisar a formação histórica do atraso e os mecanismos de sua superação.

Entre a década de 1930 e a década de 1950 podemos enxergar o surgimento de um grupo de intelectuais, em especial Roberto Simonsen, Caio Prado Jr e Celso Furtado, preocupados em analisar a formação do Brasil a partir do enfoque econômico e que conformariam a tese do subdesenvolvimento. É possível estabelecer entre eles um elo de continuidade e de aprofundamento teórico.

A produção seminal de Simonsen apresenta uma série de características inovadoras. Ao afastar-se da explicação liberal (*economia natural* como frisou no famoso debate com Eugênio Gudín) Simonsen produz uma profunda mutação lógica e semântica: a explicação sobre a ordem mundial estaria equivocada no seu argumento central da contínua e cumulativa distribuição do progresso técnico. A civilização e o equilíbrio encontrados nos países industrializados não podiam ser alcançados pelas nações que optaram ou foram empurradas para o modelo primário-exportador. E, assim, estes precisariam mudar de rumo por uma opção da inteligência, pela vontade política e não pela espontaneidade do mercado. O diagnóstico *ad hoc* da assimetria precisava ser aprofundado e legitimado, tornando-se capaz de disputar espaço político com os atores e setores vinculados ao modelo agrário-exportador – especialmente quanto ao controle do Estado, percebido como ferramenta essencial para uma industrialização acelerada desde o modelo de desenvolvimento alemão do século XIX. O esforço intelectual de Simonsen se dirige para a resolução desse problema ao analisar o cenário econômico do período - *o Brasil é um país pobre habitado por uma população pobre* (SIMONSEN, 1934, p. 18) - mas fundamentando essa pobreza não pelas crises pontuais (da crise de 29 ou da mudança de regime em 30)⁵, mas por uma leitura estrutural da formação do atraso⁶. Surgia, assim, de forma pioneira uma *interpretação* do país que

⁵ Conceitos que aparecem no trabalho *As crises no Brasil*, publicado em 1930.

⁶ A interpretação de uma formação econômica como matriz de nossa história aparece em *História Econômica do Brasil – 1500/1820*, publicada por Simonsen em 1937. Os textos que analisam a evolução industrial, os problemas da economia nacional e apresentam tanto a proposta de regulação econômica quanto de planejamento aparecem dispersos em inúmeras obras do autor: *As crises no Brasil* (1930), *As finanças e a indústria* (1931), *A indústria em face da economia nacional* (1937), *Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra* (1943), *Planificação da economia brasileira – parecer apresentado ao CNPIC* (1944), *Sugestões para uma política econômica pan-americana* (1947), *O Plano Marshall e suas prováveis repercussões na América Latina* (1947), *A situação econômica da América Latina e suas possibilidades em face ao Plano Marshall* (1947), *O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais* (1949).

identificava nas relações econômicas (internas e externas) a matriz explicativa de nossos problemas. Há nos trabalhos de Simonsen um encontro estruturado entre a dimensão econômica, a política e a história.

Da mesma maneira na obra de Caio Prado Jr. encontramos a conexão entre economia e história, mas de maneira mais sofisticada. Em Simonsen a predominância era dada pela percepção e descrição de motivos e muito embora os textos simonseanos sejam fundamentais para a construção do projeto industrialista dos anos 30/40, falta-lhe uma base teórica e conceitual mais profunda. Ao contrário, a utilização do arsenal teórico marxista possibilita às análises de Caio Prado Jr. um peso e um alcance explicativo maior. Nos textos deste autor a expansão do capitalismo mercantil e a arquitetura colonial é que determinarão as estruturas sociais e políticas das colônias: empresa agrícola mercantil, latifúndio e trabalho escravo formam o tripé do atraso econômico e político dessas nações mesmo depois da independência e que remodeladas nas assimetrias do imperialismo funcionariam como travas ao desenvolvimento completo das estruturas industriais maduras.

Mas a mais avançada das elaborações teóricas sobre a formação, produzida até os anos 50, é a concepção do subdesenvolvimento formulada por Celso Furtado. Ao contrário das anteriores o encontro entre economia e história se resolve em um *corpus* teórico que se apropria da grande inovação intelectual do início do século XX na economia: a concepção de *dinâmica* econômica. Esta “inovação”, desde as análises de Schumpeter, indicaria uma percepção de desequilíbrio como fundamento da evolução capitalista, abrindo espaço também para a questão do “tempo” - a economia capitalista cresce por tropeços, destruindo parte dos elementos que a compõem. Essa nova percepção fere frontalmente o anterior ideário do liberalismo: o progresso não se faz por distribuição dos ganhos do progresso técnico (um caminho natural e seguro), mas pela destruição dos elementos mais fracos de um sistema competitivo feroz. A idéia de dinâmica aprimora a leitura inicial da teoria econômica sobre o sistema econômico deslocando seu centro da teoria do valor para a questão da lógica do desenvolvimento. O encontro entre essa perspectiva com a consciência da existência dos países pobres, que explodem como fenômeno internacional com o fim do Império Colonial inglês, origina uma problemática inversa – a do *não*

desenvolvimento e da sondagem de sua estruturação dentro do campo da teoria econômica (enquanto lógica e não descrição tópica).

A interpretação do subdesenvolvimento de Furtado trabalha no campo do desvendamento da lógica de funcionamento da economia, singularizada pelos elementos da formação histórica de cada país que se originaram como resposta às necessidades da evolução do capitalismo mundial. Ao estabelecer uma dinâmica distinta para países centrais e periféricos, Furtado não está falando apenas do capitalismo na borda do sistema da divisão internacional do comércio – está falando de uma *outra* forma de existência do capitalismo e de uma *outra* dinâmica econômica. A diferença é explicada porque o capitalismo que ocorre nos países periféricos não é uma fase pela qual os países hoje industrializados já tenham passado. O subdesenvolvimento é *um processo histórico autônomo*, uma outra forma de capitalismo produzido dentro das regras de expansão do próprio sistema, onde as diferenças estruturais são naturais ao papel que se delegou para cada ponta – centro e periferia. O subdesenvolvimento é coetâneo ao desenvolvimento industrial, constituindo realidades paralelas, embora um seja o filho dileto enquanto o outro é o “bastardo”.

Esta lapidação do conceito de subdesenvolvimento permite uma legitimação no plano teórico sem precedentes. Ao ser um sistema explicativo rigoroso no campo da teoria econômica (e não custa lembrar que nesse momento a questão econômica havia se convertido no problema nacional) o pensamento de Furtado não podia ser ignorado no debate. Querendo ou não, o diálogo (para aceitar ou recusar a tese) se tornara imperativo, justificando a proeminência desse autor no campo do pensamento social brasileiro da época.

Como um conjunto de argumentos mais avançado que mero atraso (diferença que pode ser apenas temporal) e diferente da concepção de assimetria imperialista, a teoria do subdesenvolvimento em Furtado apresenta como contribuições importantes o encontro entre a economia e a história (absorvendo um plano nacional e uma dinâmica internacional) na tese do *subdesenvolvimento* e a junção entre teoria econômica e pensamento político no projeto de *desenvolvimento*. Estas duas dimensões compõem o diagnóstico (interpretação ou formação nacional) e o projeto de transformação racional dirigida pela via do planejamento.

FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE DA *INTELLIGENTSIA*

Antes de adentrarmos a estes dois aspectos, talvez seja importante assinalar algumas características que marcam o pensamento furtadiano e que versam sobre o comumente chamado caráter heterodoxo de sua obra⁷. Há duas possibilidades para entendermos a presença de inúmeras influências ou matrizes teóricas na obra de Furtado, incluindo uma diversidade de áreas: uma mescla pouco ortodoxa, mas original, de diversas teorias ou, como proponho como alternativa, uma filiação mais estreita no campo metodológico e político às concepções herdadas do sociólogo Karl Mannheim⁸. Os três elementos que eu assinalaria para justificar esta afirmação seriam a função social do conhecimento e papel da *intelligentsia* (em especial na construção do conceito de *utopia*), a interpretação historicista e a sociologia sistemática, e o planejamento e o controle democrático. No conjunto de sua obra⁹, Mannheim oferece às Ciências Sociais duas contribuições importantes: no plano teórico (nível ontológico) afirma a origem social do pensamento e no plano epistemológico o método historicista e as ferramentas-conceitos de *ideologia* e *utopia*. No primeiro aspecto Mannheim não foi o precursor da concepção do pensamento social como algo construído a partir das relações vigentes em uma dada sociedade – esta originalidade pertence a Marx em *A ideologia alemã*; sua inovação foi, ao contrário da tese marxista, a de retirar tanto o engessamento produzido pela concepção da história condicionada pela evolução dos modos de produção quanto do caráter negativo associado a pluralidade das formas assumidas pelo pensamento social. Para Mannheim as múltiplas atividades dos homens em sociedade (o sujeito social em Mannheim são os *grupos*) produzem inúmeras representações que em seus elementos comuns e

⁷ A heterodoxia teórica e a presença de influências em conjunto antagônicas - argumentos keynesianos, concepções neoclássicas e marxistas, a tese da economia nacional de List - são apontadas por Bresser Pereira (2003), Bielshowsky (1988), Oliveira (2003) e Mallorquin (2005). No campo dos estudos sobre economias não desenvolvidas e o papel do planejamento o diálogo de Furtado é feito também com as teorias de Gunnar Myrdal, W. W. Rostow e Ragnar Nurske.

⁸ A forte influência do pensamento de Mannheim é originariamente apontada pelo próprio Furtado em seus textos autobiográficos (1989, 1991, 1997) e em seu *Auto-retrato intelectual* - texto que abre a coletânea organizada por Oliveira (1983).

⁹ Chamo atenção especial para as seguintes obras de Mannheim: *Sociologia do conhecimento* (s/d), *Ideologia e Utopia* (1968), *Sociologia Sistemática* (1962) e *Homem e a sociedade* (1962).

coletivos constituem o pensamento de uma época. Há, portanto uma flexibilização do conceito pensamento social e uma associação deste ao campo da luta política por hegemonia na arena simbólica da cultura. Por outro lado, não é do pensamento individual que Mannheim se ocupa e sim do pensamento que sofre a síntese do grupo social, mas enquanto representações que lutam por impor-se no conjunto dilatado da sociedade e que se ordenam em dois campos: aquele que procura a conservação do *status quo* vigente (ideologia) e aqueles que desejam a mudança social (utopia). Assim é possível entender a relação entre indivíduos e as estruturas ideacionais por um lado, e o processo de mudança social por outro.

Na tese mannheineana para que os diferentes grupos sociais em disputa não se choquem até o limite da ruptura é necessária uma unificação desses projetos particulares. Tal metamorfose (que podemos dizer é construção de um projeto acima dos grupos e, portanto, na dimensão do interesse comum) só é possível através da ação sintetizadora e ao mesmo tempo universal dos operadores do conhecimento: os portadores da síntese *podem* ser os intelectuais. A condição de possibilidade é determinada: a) pela objetividade necessária à produção do conhecimento e b) pelo imperativo de superação da dimensão do interesse privado em direção a construção de um interesse público. A *intelligentsia* de Mannheim é pragmática, portanto tem interface com a política, mas não é meio de realização de interesses setoriais e/ou partidários – deve ser objetiva e neutra, e não objetiva e absenteísta. E, neste caso, o comportamento intelectual de Furtado reproduz fortemente a esta concepção: conhecer rigorosamente e não temer a tarefa de meter mãos à obra para auxiliar a mudança rumo a um futuro desejável.

É na construção de um conhecimento objetivo e rigoroso (base de qualquer proposição posterior no campo da ação) que aparece a interpretação historicista e o uso do método proposto pela sociologia sistemática. Partindo da noção de um real plural (várias forças, atores e *locus* sociais que formam o feixe da vida societária) a única ferramenta possível à disposição do trabalho intelectual é o método multidisciplinar que ancora a sociologia sistêmica (ou estrutural) e que integra os aspectos econômicos a, história, política, antropologia, psicologia social, etc., num todo único – detectado no trabalho empírico do eixo sincrônico e sistematizado na perspectiva diacrônica oferecida pelo historicismo - que

recua o movimento dinâmico de cada feixe de força, fazendo sua genealogia, ao mesmo tempo em que somando a conduta dos diversos feixes estabelece o elemento central que dá ordem ao sistema social de cada época. Este procedimento caracteriza a tanto o aspecto multidisciplinar quanto a ênfase na formação histórica como base das concepções furtadianas e onde o elemento privilegiado na estruturação da sociedade brasileira é o aspecto econômico e o conceito de subdesenvolvimento. E para a consecução dessa leitura tanto o enfoque como as matrizes explicativas fazem parte de um método ao invés de serem expressão de ecletismo puro e simples.

O último traço da forte presença do pensamento de Mannheim nas concepções furtadianas dizem respeito à capacidade transformadora do conhecimento e, no caso contemporâneo, do papel do planejamento e dos mecanismos de controle que impeçam o surgimento de uma camada estamental despótica (emergência de uma nova forma de poder autocrático – a tecnocracia) e a possibilidade subvertida da apropriação das técnicas de racionalização da vida social por regimes autoritários.

O destino transformador e a responsabilidade com o bem estar e o futuro da sociedade são elementos centrais nos trabalhos de Furtado, e revela a motivação que dá origem ao conhecimento e seu destino social (quando estabelece os objetivos a serem alcançados):

Fixou-se assim, no meu espírito a idéia de que o homem *pode* atuar racionalmente sobre a história. (...) Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isto significa que os fins últimos devem estar sempre presentes ao espírito Não há dúvida de que se nos colocamos num plano estritamente ideológico, a diferença entre fins e meios é em grande parte ilusória. Mas se admitimos que existe uma Ciência Social, dois planos de racionalidade se definem nitidamente. Limitar-se à racionalidade formal (concernente aos meios) é a vocação do tecnocrata. Mas ignorar que essa racionalidade existe e que é independente dos juízos de valor com respeito aos fins, é fechar uma porta ao avanço de uma Ciência Social. (FURTADO, apud OLIVEIRA, 1983, p. 38).

A ação racional sobre o meio histórico nacional é, na tese de Furtado o desenvolvimento planejado e dirigido pelo Estado. Esta condição (como veremos mais detalhadamente adiante) nasce do círculo vicioso do

subdesenvolvimento, resultado da aceitação a-crítica do naturalismo funcional e dos automatismos do livre mercado. O atraso é produto, na situação periférica do sistema econômico mundial, da mão invisível; sua superação, portanto, só seria possível a partir da recusa deste pressuposto em direção ao regulacionismo das atividades econômicas. Por outro lado, não apenas caberia apenas ao Estado essa possibilidade de pairar acima dos interesses econômicos pela posse dos poderosos instrumentos enunciados por Keynes (a regulação macroeconômica) e, principalmente, por ser capaz de operar enquanto portador de um interesse público colocado em risco pelo caráter corrosivo e desagregador do subdesenvolvimento. As assimetrias internas precisam ser detectadas e corrigidas, isto significa racionalização em dois níveis: na produção de indicadores e criação de alternativas corretivas, ambas estruturantes da técnica do planejamento. Como todo projeto intelectual pode não ser neutro axiologicamente, os fins últimos do planejamento devem ser colocados com clareza: este é ferramenta de uma mudança social que proponha a correção das assimetrias então existentes (que originárias da economia transcendem para o plano social, cultural e político) e que tenham como meta uma visão republicana de desenvolvimento (tomando-se o termo republicano como aquele que propugna a realização do interesse geral, a *res pública*). Outro ângulo desse projeto passa pela via democrática como ferramenta de controle do destino político do projeto de desenvolvimento planejado e, de outro lado como parte da própria noção de desenvolvimento – o ethos político da participação e da cidadania como cultura cívica integrante de uma concepção de desenvolvimento holístico, e por último e bastante inédito no conjunto das teorias desenvolvimentistas, um lugar fundamental para o conflito e a democracia na dinâmica de constituição do desenvolvimento. Com exceção deste ponto – a relação entre democracia e lógica econômica – as demais concepções de Furtado aproximam-se das teses defendidas por Mannheim nos textos anteriormente citados.

Apresentada uma visão geral do método e dos elementos conceituais utilizados por Furtado na produção de sua interpretação sobre o subdesenvolvimento, podemos agora analisar o impacto da proposta de desenvolvimento planejado no campo do pensamento político brasileiro dos anos 50/60.

DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO E MUDANÇA SOCIAL

O prognóstico apresentado por Furtado *poderia*, em função dos recursos entendidos como necessários à tarefa da promoção do desenvolvimento, aproximá-lo do viés autoritário, da mesma forma como ocorrera a legitimação da alternativa da centralização do poder no período pós-30 na estrutura do Estado varguista. Afinal, mantidas as diferenças temáticas, o reconhecimento da insuficiência das forças do mercado para a superação do desenvolvimento e a transformação da questão industrial na argamassa que cimentaria a nação brasileira, a defesa do planejamento poderia jogar lenha na fogueira da ação do Estado enquanto demiurgo da sociedade (este é o mote do *amor ao Estado*, recidiva constante no pensamento social brasileiro do século XX). Da mesma maneira, a idéia de planejamento *poderia* funcionar como uma transferência do papel ativo da sociedade em prol da autonomia tecnocrática e científica, reforçando uma tendência de recusar o conflito e a disputa entre os grupos sociais como uma perversão facciosa à qual se prefere uma atenuação cordial, efetuada de cima para baixo se for necessário. Neste caso, Furtado permaneceria preso ao argumento recorrente no pensamento social brasileiro desse século que produz, a partir do menosprezo às condições sociais, o caminho fácil para a via autoritária (é importante assinalar que a defesa da democracia é artigo raro na maioria das análises produzidas até então, e quando utilizado aparece como corolário da teoria da modernização quer pela via economia-política, quer pela via especificamente político-institucional). Ao contrário, Furtado é feroz defensor de elementos até então tomados como deletérios à ordem social: organização e pressão sindical, existência de cobrança política, reforço da opinião pública, e defesa do marco legal da competição democrática. Ao defender um projeto de desenvolvimento que tenha o Estado como meio de transformação, mas a organização social como finalidade e, ao mesmo tempo, sujeito ativo no processo, Furtado transforma-se em um autor progressista.

Este é um dos aspectos mais importantes da contribuição de Furtado ao rol das interpretações do Brasil e, no entanto, um dos menos ressaltados. A argumentação de Furtado, presente especialmente em *A pré-revolução brasileira* e *Dialética do desenvolvimento*, possui uma clareza e uma força persuasiva muito grande, conectando a atividade econômica com a modernização geral da sociedade. O argumento é meridiano: tomando-se

por base a idéia de que no processo de expansão do mundial capitalista três foram as formas assumidas por essa dinâmica desde o núcleo irradiador do mercantilismo e depois das duas Revoluções Industriais e sua conexão com a incorporação das economias coloniais, implicando na existência simultânea de economias desenvolvidas (nucleares e centrais), economias subdesenvolvidas (periféricas e dependentes) e economias da pobreza. As condições de desenvolvimento em cada uma delas derivaria tanto dos elementos dessa caracterização (estruturas internas diferenciadas) quanto da lógica de seu funcionamento. e não de um estágio a ser superado. As economias centrais (tomando como caso exemplar as economias européias que “cresceram para dentro”) tiveram como eixo dinâmico o imperativo da renovação tecnológica, impulsionado pelo singular perfil populacional diminuto que impedia a formação de um exército industrial de reserva. O aumento do ritmo da expansão industrial encontrava rapidamente um teto na utilização da força trabalho que estimulava a mais rápida mecanização e adoção de inovações tecnológicas para resolver esse gargalo; em segundo lugar, o reduzido contingente de trabalhadores permitia uma maior organização e pressão por aumentos salariais que resultavam no aumento do poder de consumo do mercado nacional e que, por sua vez, alimentava endogenamente o ciclo ampliado da reprodução capitalista (e do nível de consumo inter capitalistas). Este modelo configuraria um primeiro tipo de sistema econômico capaz de uma dinâmica de desenvolvimento auto-sustentado. Uma variação ainda dessa lógica foi o modelo americano, que cruzando um relativo vazio populacional com o projeto de colonização, transplantou para o solo americano toda a sofisticada estrutura (incluindo técnicas e a mentalidade racional competitiva) oriunda do processo europeu, na mesma medida que os laços de integração econômica permitiam a absorção de dinâmica originada no centro e posteriormente a autonomização permitida pelos avanços gerados pela II Revolução Industrial. Estes países formam o bloco das economias desenvolvidas e estão sustentadas: no mercado interno (do consumo originado na remuneração do fator trabalho ou da diversificação encadeada do consumo capitalista), resultante da disputa e elevação salarial constante (que produz a distribuição dos frutos do progresso técnico – ou *a riqueza geral da nação*), o impulso constante pela redução de custos na produção (pautado na

inovação tecnológica e com conseqüente aumento dos níveis gerais da economia), e uma capacidade interna de retenção da acumulação.

Um segundo modelo, é formado pela incorporação de territórios coloniais com ênfase na exploração econômica e não na colonização. Estes países transformam-se em apêndices da economia metropolitana no modelo primário-exportador, configurando o subdesenvolvimento de dois tipos: o subdesenvolvimento de grau superior, onde mesmo a existência de uma economia voltada para fora e do dualismo estrutural, surgiu um transbordamento de parte da dinâmica do pólo mercantil-exportador que permitiu a formação de um mercado consumidor interno e de uma embrionária atividade industrial; o subdesenvolvimento de grau inferior em que o enclave econômico impediu essa possibilidade de repasse, isolando radicalmente o setor moderno de seu mais vasto entorno pré-capitalista. A formação histórica do subdesenvolvimento originou duas categorias distintas, e somente a primeira pode almejar a superação de sua condição de atraso, pois possui as características essenciais: uma dinâmica interna e um setor industrial nacional.

O terceiro modelo é trágico. Como antítese do primeiro, é formado pelas economias da pobreza, que permaneceram fora da divisão internacional do trabalho, incapazes de produzirem o que Rostow (1964) definiria sob o termo “condições do arranque”.

Esta tipologia, apresentada e desenvolvida por Furtado em *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*, é aprofundada no caso brasileiro na leitura do processo de surgimento de nossas “condições de arranque” partindo das condições originárias na etapa café-industrialização (modelo de substituição de importações) e das brechas históricas das crises mundiais, temas analisados em *Formação Econômica do Brasil*. Os textos imediatamente posteriores à *Formação* passam do esquadro histórico para a análise conjuntural, configurando uma contribuição no campo de uma teoria mais ampla, da modernização e da mudança social. Este desdobramento vai apresentar as restrições econômicas que perpetuam o subdesenvolvimento como amparadas pelas condições sociais e pelas instituições políticas numa relação de mútua determinação. Este é o sentido do termo *dialética* usado pelo autor e que tomado como uso inadequado do jargão marxista sofreu severas críticas, já no período de publicação dos textos, sob a rubrica de

uma concepção meramente economicista, nunca de um processo dialético¹⁰. No entanto, independente do deslocamento do termo, a pecha de economicista não calha bem ao raciocínio apresentado. Ao contrário, embora a dimensão econômica tenha centralidade, a mudança social inclui outras facetas e *depende* da modificação das instituições políticas e de várias estruturas societárias. Não bastaria, para Furtado, mudar a situação das relações econômicas internas. Sem a destruição das estruturas anacrônicas como o poder latifundiário e senhorial, a apropriação do Estado como ferramenta de interesses particularistas, a manutenção das diferenças regionais a economia e a sociedade não poderão passar a condição de modernidade.

Por outro lado, sem regulacionismo econômico, sem participação e democracia as instituições e valores da modernidade também não podem desabrochar. Como resultado, a luta pelo desenvolvimento holístico e auto-sustentado requer como condição *sine qua non* a mudança social, destruindo o velho e implantando o novo.

No caso da superação do subdesenvolvimento as forças anacrônicas aparecem associadas ao modelo mercantil-exportador, ao regionalismo econômico e político, condensando toda a corte de horrores do atraso. Além do problema da grande propriedade rural enquanto distorção fundiária, o latifúndio apresenta duas seqüelas de difícil superação: no setor mais dinâmico (setor exportação) esta estrutura é dependente do mercado internacional e tende tanto pela deterioração dos termos de troca quanto pela inevitável propensão à queda dos preços (pela condição da demanda inelástica); no setor menos dinâmico (setor voltado para o abastecimento do mercado interno) a produção agrícola apresenta baixa produtividade e pequena diversificação produtiva, características que somadas são responsáveis pela escassez e pelos altos preços dos alimentos (implicando, diretamente, no alto custo dos bens que formam a cesta básica do trabalhador, e de outra forma nas pressões oriundas da carestia e do efeito corrosivo da inflação).

¹⁰ A crítica economicista ao uso incorreto do conceito dialética por Furtado é feita por José A. Giannotti em “A propósito de uma incursão na dialética” in *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n.º. 3: julho de 1965. Em outro contexto, Cardoso e Falleto em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* recusam o determinismo econômico das interpretações cepalinas e, é claro, por extensão, as teses de Celso Furtado.

Por outro lado, a permanência sem mudanças estruturais nesse setor manteria intacta a dependência dos centros externos de decisão econômica, o baixo dinamismo econômico, a incapacidade de expansão do tamanho do mercado consumidor interno, a hegemonia e controle sobre o aparato estatal e controle da opinião pública através dos “currais eleitorais”. Por sua inserção histórica e pela função de resposta às necessidades do mercado internacional, o setor exportador possui uma grande capacidade de resistência e de manter intactos seus privilégios. Somente compreendendo sua natureza limitada, determinada pela situação de dependência e pela impossibilidade de transformação das relações assimétricas, é que através de estratégias de planejamento econômico (que enfraqueçam esse setor quer pelo fortalecimento do segmento industrial, quer pelo estímulo ao surgimento da agricultura da pequena propriedade voltada para o mercado interno) que reformas de base podem minar a capacidade de articulação e resistência desse setor, tornado claro que a economia mercantil-exportadora é capaz de produzir riqueza reduzida e concentrada, mas é incapaz de originar uma dinâmica real que transforme o *conjunto* da economia e que responda à necessidade geral de mudança¹¹.

A força para eliminá-lo vem da mudança estrutural da economia e da estratégia de confronto pela participação ativa da sociedade, no marco democrático. Tal processo entende-se como conseqüência do surto de industrialização que se surge no país pelas brechas abertas pelo interregno das duas guerras mundiais e pela crise de 29 - a partir de então a situação passou de dual para híbrida. De maneira inédita na história nacional passam a se confrontar duas forças, ancoradas em setores econômicos distintos: uma ligada ao universo da produção agrícola e outra ou universo da produção industrial; uma rural e outra urbana; uma economia interna outra economia externa. Com a redemocratização pós-45 a força das cidades e dos trabalhadores urbanos passou a se expressar nas urnas, contrabalançando pelo voto cidadão a hegemonia das oligarquias regionais ligadas ao modelo exportador. Também no plano ideológico, a industrialização tornava-se dia a dia mais reconhecida como passaporte para solucionar os graves problemas sociais em expansão desde os anos 20. A pressão dos setores urbanos por

¹¹ Esse raciocínio já havia sido utilizado, com menos rigor teórico, por Roberto Simonsen desde os anos 30.

mudanças e a existência do canal democrático permitiriam a diminuição do peso político do setor agrário-exportador, facilitando o processo de modernização.

Segundo Furtado, o específico do Estado democrático de base capitalista não é propriamente uma tendência à eliminação dos privilégios. Pelo contrário, os grupos privilegiados podem nele crescer e conservar o seu poder. Sua característica essencial é a tendência à eliminação daqueles privilégios que entorpecem o desenvolvimento das forças produtivas (FURTADO, 1964).

Outro dado curioso é que o projeto de desenvolvimento furtadiano inova várias percepções sobre quais na realidade são os problemas e a “questão social” nacional. Se anteriormente foi apontado como inédita a defesa da democracia, lugar ainda mais destacado terá o tratamento sobre o sujeito propulsor do desenvolvimento, a valorização do conflito e da presença de uma desconfiança inédita quanto ao papel das elites industriais e os *policy makers* do Estado.

CONFLITO E DESCONFIANÇA: DEFESA DO TRABALHO, CONTROLE DO CAPITAL

Como parte de um projeto de modernização que toma como base de sua constituição a superação de subdesenvolvimento, a dimensão econômica e os atores que dela emergem são aspectos fundamentais a serem tomados em conta. O desenvolvimentismo aceitava como fato que a economia nacional guiada pelos automatismos do mercado não poderia superar os entraves à passagem de um capitalismo industrial e mais refinado em termos tecnológicos. Embora rompido com o liberalismo, a interpretação sobre a dinâmica do capitalismo repousava ainda, em vários dos projetos de planejamento lapidados nos anos 50, vários conceitos permaneciam intactos na base desse raciocínio: o papel transformador e civilizador do progresso econômico, o lugar privilegiado para a ação criadora ou inovadora dos empresários. Estes argumentos estão presentes, por exemplo, na formulação pioneira do planejamento defendida por Roberto Simonsen no início dos anos 40. O mesmo ocorre para a heterogênea corrente de “desenvolvimentistas” da década de 50, que podem ser tipificados e alocados em diversas categorias como desenvolvimentistas: setor privado, setor público, nacionalistas, ortodoxos, heterodoxos, esquerda,

independentes, keynesianos, entre outros critérios possíveis¹². O que procuro ilustrar é que sob uma mesma e genérica rubrica inúmeros projetos, filiações e interesses se abrigaram. Como resultado, para entendermos qualquer um deles um método possível é estabelecer qual a relação adotada quanto ao posicionamento frente a uma questão central na teoria econômica – o desenvolvimento econômico origina-se no lado da oferta ou no lado da demanda? Digo isto porque o simples enunciado da aceitação da regulação do estado naquele período parece-me critério insuficiente: para os cepalinos a filiação é keynesiana (preponderância do fator trabalho), mas para os liberais (ou ortodoxos) a presença do estado poderia ser aceita tanto em função de uma intervenção cirúrgica quanto pelo viés de uma inovação a *la* Schumpeter. Talvez a pergunta central a ser feita é: quais os interesses prioritários que cabe ao planejamento estatal defender? Com esta inquirição o projeto furtadiano destaca-se nitidamente dos demais: a força capaz de re-orientar as relações econômicas em direção ao desenvolvimento nascem do trabalho – é sua força vital de cobrança que gera a dinâmica capaz de criar um mercado interno e empurrar o capitalista a recorrer à inovação constante. De um outro ângulo, a aceitação do papel fundamental do consumo como base do crescimento da economia nacional é acompanhada de um outro aspecto inédito – a regulação e a limitação da ação do capital. E esta lógica é combinada.

O capitalista precisa ser regulado na sua ação, pois em situação de subdesenvolvimento sua irracionalidade atinge dimensões mais dramáticas do que aquelas apontadas por Keynes. A existência de um segmento industrial nacional, originado na etapa de substituição de importações, e a necessidade de atração do capital externo, exercida pelo aumento das necessidades de consumo interno e das demandas de investimento (proporcionado pela expansão das atividades industriais e comerciais locais), provocavam uma disfunção grave no ritmo e rumo do desenvolvimento da cadeia industrial. No afã de realizarem lucro no menor prazo e custo possíveis, a indústria nacional e a estrangeira selecionavam entre as alternativas de alocação de seus recursos aquelas atividades que apresentassem a maior e mais imediata taxa de retorno. Os desvios aqui

¹² Como exemplo dessa heterogeneidade podemos apontar a classificação feita por Bielschowsky (1988).

originados eram inúmeros. A opção acabava por inflacionar alguns setores e esvaziar outros, criando uma instabilidade constante na estrutura econômica. O aumento da atividade industrial, em qualquer ramo, fazia pressão sobre o setor de bens de produção, área que não sendo atendida internamente aumentava a demanda por importações (as importações gravosas), descontrolando a balança comercial e remetendo para o exterior parte considerável do capital aqui produzido.

A alternativa de produzir nacionalmente esses bens não se realizava em função da envergadura e do longo prazo de retorno dos investimentos necessários, o que minava o interesse do capital privado. Como decorrência dessas duas conjunções o leque de alternativas que se mostravam atrativas era reduzido e acentuava a concorrência nos setores que capitalizavam a maioria dos investimentos. Ora, como a lei fundamental que rege a economia de mercado é o preço, o aumento da concorrência tende a diminuir o preço dos produtos no mercado final, reduzindo a margem de lucro. Para manterem constante sua taxa de retorno, os empresários repassam a redução para o preço dos salários, reduzindo o ganho dos trabalhadores, que, na última volta do círculo, perdem poder de compra reduzindo a demanda geral do sistema – encolhendo o tamanho do mercado e iniciando uma espiral recessiva ou de estagnação econômica.

Esta percepção, de nítida filiação keynesiana, levaria Furtado (1962, 1964) a defender a organização dos trabalhadores como elemento fundamental para dinamizar (retroalimentar) a economia nacional tanto pela capacidade de expansão do tamanho do mercado consumidor interno, quanto pelo ‘empurrão’ à incorporação de inovações tecnológicas (em substituição à tática de redução dos salários). Desta maneira, a lógica virtuosa que deflagrara a ascensão econômica crescente nas economias avançadas poderia ser aqui implementada.

Estes dois aspectos são os que mais distinguem a contribuição de Furtado das outras correntes que defendem a industrialização brasileira como plataforma para o progresso, especialmente com relação às teses precursoras de Roberto Simonsen. Para Furtado a participação dos trabalhadores *forçaria* o capital a se renovar constantemente, ao mesmo tempo em que a elevação dos salários (aumento do consumo) seria o motor das atividades industriais – a pressão e o conflito operário seria,

portanto, benéfica. Para Simonsen, ao contrário, embora os salários tivessem importância como determinante do tamanho do mercado e da demanda por bens industriais, a origem do ciclo virtuoso estava na implementação da produção (“crescer primeiro, distribuir depois”); além da visão catastrófica de Simonsen sobre o papel destrutivo do antagonismo entre as classes - *leitmotiv* de sua análise sobre a necessidade de distribuição dos frutos do progresso entre todos os agentes da produção (CEPÊDA, 2004).

Resumidamente, a questão do conflito é valorizada por Furtado em três direções: é o pilar da mudança social (o princípio contraditório, definido pelo autor como *dialético*); é a ferramenta que mina o poder dos setores atrasados que emperram o processo de modernização; e, por último, é parte essencial na produção da lógica de inovação tecnológica que alimenta o ciclo da prosperidade e do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, cabe ao Estado através das políticas econômicas disciplinar o consumo pessoal do capitalista e a lógica decisória do investimento – corrigida e orientada através de instrumentos como tributação, políticas cambiais e creditícias, por intervenção econômica direta com a criação das estatais nos setores estratégicos e de infra-estrutura, com a política de subsídios e investimentos alocados aos setores privados mais necessários e, por último, através de mecanismos políticos de proteção do trabalho para que neste movimento se redistribua efetivamente os ganhos do progresso técnico capaz de alavancar e expandir o mercado consumidor interno.

Como outra face desse processo Furtado indica a necessidade de fiscalização também da ação do Estado. Afinal os problemas de deturpação do projeto de desenvolvimento nascem de inúmeras fontes. Da história pregressa, pela capacidade de apropriação por parte dos setores anacrônicos do controle do Estado e dos recursos públicos. Da pressão internacional que após o fim da Segunda Guerra restabelece a ordem internacional que procura manter através do comércio internacional uma divisão do trabalho que preserve os interesses das economias centrais. Da moderna economia nacional pela sua inclinação imediatista do lucro fácil e que nesse processo coloca em risco seu próprio processo de acumulação cria um estrangulamento da potência latente do mercado interno e aumenta a pressão inflacionária dos gargalos estruturais. Do lado dos planejadores sua

incapacidade de serem os *portadores da síntese*, os operadores da metamorfose capaz de defender e implementar o interesse público – por erro ou dolo, tanto faz. Desse cenário, de novo a dimensão política é resgatada como central no projeto furtadiano através da defesa da democracia. Apenas o controle social pode mudar a lógica do subdesenvolvimento cobrando do Estado um destino público para o crescimento econômico.

Das teorias que emergiram nos anos 50/60, a proposta de Furtado é a única na qual o cruzamento entre política e economia não assume um caráter meramente instrumental. Ao contrário, a democracia e a organização dos diversos atores sociais é parte estrutural do desenvolvimento econômico e do sonho do desenvolvimento nacional. Valores como participação, democracia, racionalidade e disputa (tão ausentes da maioria da produção intelectual nacional) são incorporados e utilizados como elementos que combinam, *de fato*, a modernização econômica com a modernização social.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- _____. *Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1967)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Contraponto, 2001.
- CAMARGO, Aspásia Camargo; LOYOLA, Maria A. *Pensamento contemporâneo: Celso Furtado*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. 1998. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrialista no Brasil: limites e impasses*. 346 f. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FURTADO, Celso. *A Economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- _____. *Perspectiva da economia brasileira*. Rio de Janeiro: DASP, 1958.
- _____. *Operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

FURTADO, Celso. *A Pré revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. *Um projeto para o Brasil*. Rio e Janeiro: Saga, 1968.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Análise do 'modelo' brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *A fantasia organizada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 23 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

_____. *Obra autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar 1967.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Contraponto, 2005.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Sociologia do conhecimento*. Porto: Rés, (s/d).

_____. *Sociologia sistemática*. São Paulo: Pioneira, 1962.

_____. *Homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MANTEGA, GUIDO. *A economia política brasileira*. 8. ed.. Petrópolis: Vozes, 1995.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. *Celso Furtado*. São Paulo: (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Ed. Ática, 1983.

_____. *A navegação venturosa*. São Paulo: Boitempo, 2003

ROSTOW, W.W. *Etapas do desenvolvimento Econômico*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.